

Sarney convoca partido para analisar a dívida

16 AGO 1983

A pedido do vice-líder governista no Senado, Carlos Chiarelli, o presidente do PDS José Sarney, convocou para o dia 31 uma assembléia partidária na qual serão discutidas questões ligadas à dívida externa e FMI, Decreto-Lei nº 2.045 e a política salarial, reforma tributária e acordos partidários. A assembléia partidária — segundo Chiarelli, que deu a informação — é formada pelo diretório nacional, bancadas da Câmara e do Senado, representantes da bancada do PDS nas Assembléias e presidentes dos diretórios regionais.

Em seu requerimento de convocação, o senador gaúcho lembra que o senador Murilo Badaró e o deputado Victor Faccioni já haviam solicitado reunião do diretório nacional para exame do problema da dívida externa. Segundo Chiarelli, "é imprescindível ouvir o partido sobre a temática, especificamente para que se saiba como estamos a negociar com o FMI, que compromissos assumimos ou vamos assumir, que garantias temos, que montantes nos asseguram, que urgências em nossa vida político-administrativa estão por ocorrer, e até a que ponto devemos anuir com tais ocorrências, ou rejeitá-las".

Já em relação ao Decreto 2.045, Chiarelli advertiu que sua aceitação "está longe de ser tranqüila, particularmente porque não foi antecedido de ampla tarefa esclarecedora". Por essa razão, comentou, a classe política, os partidos e as bancadas estão carentes de informações mínimas.

Quanto à necessidade de se discutir

a reforma tributária, o senador governista lembra que essa iniciativa é urgente. "É flagrante, preocupante a situação dos Estados e municípios. Não há diferenças entre o Sul e o Norte, não há distinções entre produtores e consumidores, não há maiores discriminações entre exportadores e importadores. Todos estão em estado de penúria, administrando quase por milagre a escassez angustiante e as dificuldades carentes".

Já a comissão de Relações Exteriores da Câmara deverá deliberar, amanhã, sobre a indicação de vários deputados, de todos os partidos, reclamando o direito de o Congresso discutir os termos dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com base em preceito constitucional. Na semana passada, a maioria absoluta da Câmara — 241 deputados — fez a reivindicação ao presidente Flávio Marçílio.

AÇÃO JUDICIAL

A viabilidade de uma ação judicial contra os acordos do FMI feitos sem prévia discussão do Legislativo será discutida, hoje, às 11 horas, pelos presidentes e líderes do PMDB, do PDT, do PTB e do PT, e com diversos juristas, entre os quais Dalmo Dallari, Raymundo Faoro, Marotta Rangel e Sérgio Ferraz. O encontro foi anunciado na semana passada e confirmado ontem, em Brasília, pelo deputado Hermes Zanetti, que integra a comissão dos partidos de oposição que preparou documento à presidência da Câmara, solicitando o exame dos acordos com o FMI pelo Congresso Nacional.

"Moderados" condenam a proposta de Ulysses

Da sucursal de
BRASÍLIA

Setores "moderados" do PMDB — predominando entre seus integrantes os ex-pepistas — estão desaprovando o rumo das consultas conduzidas por Ulysses Guimarães para a elaboração da proposta alternativa do partido à crise sócio-econômica. Pretendem, também, iniciar gestões com vistas às eleições para o diretório e Comissão Executiva nacional, na convenção de 5 de dezembro.

O 2º vice-presidente da Câmara, deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), confirmando a movimentação de correntes "de centro e da esquerda democrática" no partido, esclareceu que não há previamente o objetivo de vetar ninguém para a direção do partido. O que há, frisou, é o propósito de lutar por um diretório e Executiva nacional representativos.

Um dos coordenadores do movimento confirmou que haverá reunião esta tarde, numa das dependências da biblioteca da Câmara, para discutir problemas internos do PMDB. Os "moderados" do extinto PP garantem que há apoio de vários outros setores do PMDB, "desvinculados do PC e do PC do B".

Esta facção, também variada, entende que o PMDB só deveria divulgar sua proposta-alternativa depois de debatida pelos vários grupos internos, "pois o PMDB é uma frente formada para disputar as eleições de 15 de novembro".

Além da posição partidária dian-

te da proposta-alternativa — a ser anunciada da tribuna pelo presidente Ulysses Guimarães nesta ou na próxima semana —, os "moderados" do centro e da esquerda pretendem, também, iniciar conversações com vistas à renovação dos órgãos de direção peemedebista.

FMI

Já o deputado Arthur Virgílio Neto (PMDB-AM) disse ontem estar agastado com as declarações do líder do governo na Câmara, Néelson Marchezan, de que o governo tinha razão ao deixar o Congresso Nacional fora dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional. "A que ponto chegamos neste país! Um líder de partido, no momento em que a instituição luta pelo restabelecimento de suas prerrogativas, fazendo o jogo do Executivo arbitrário e contribuindo para esvaziar o próprio Poder a que pertence!"

Sobre as negociações com o Fundo Monetário Internacional, o deputado Arthur Virgílio disse ser favorável à moratória para a posterior negociação, a níveis realistas, da dívida.

E concluiu: "O problema é mais político, hoje, do que meramente econômico. Delfim, Langoni e Galvêas não possuem competência política. Logo, a saída me parece ser a entrega imediata das gestões ao Itamaraty, que sabe negociar politicamente, com governos, para agir, não só em nome do governo, mas da Nação. Esta, sem dúvida, inclina-se pela noratória".